

Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço

Publicação de vaga para o cargo de diretor «Prontidão da Defesa UE-Ucrânia» (grau AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2025/10485

Quem somos

A Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço (DEFIS) dirige as atividades da Comissão Europeia nos setores da indústria europeia da defesa e do espaço europeu, executando o Programa Espacial da União e assegurando uma indústria de defesa inovadora e competitiva.

A nova Direção DEFIS.C «Prontidão da Defesa UE-Ucrânia» será responsável por:

- Dirigir a execução do Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE), da vertente de apoio à defesa do Empréstimo de Apoio à Ucrânia e da cooperação industrial no domínio da defesa entre a UE e a Ucrânia;
- Apoiar a prontidão da defesa e as capacidades da UE e da Ucrânia neste domínio através de empréstimos para a contratação pública no setor da defesa e da integração gradual das bases tecnológica e industrial de defesa da Ucrânia e da União Europeia;
- Supervisionar o gabinete da DEFIS em Kiev.

O que propomos

O cargo de diretor da nova Direção «Prontidão da Defesa UE-Ucrânia» (DEFIS.C).

O(A) futuro(a) diretor(a) terá por missão gerir a Direção, fornecer uma orientação estratégica global e planear as atividades da Direção, nomeadamente:

- Assegurar a execução atempada, jurídica e financeiramente sólida, do Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE);
- Assegurar a execução atempada, jurídica e financeiramente sólida, da vertente de apoio à defesa do Empréstimo de Apoio à Ucrânia;
- Assegurar uma estreita coordenação entre o SAFE e o Empréstimo de Apoio à Ucrânia, incluindo a programação, a comunicação de informações, a elegibilidade, as salvaguardas, o acompanhamento e as relações com a Ucrânia, os Estados-Membros participantes e os intervenientes na execução;
- Dirigir a Direção em condições de crise e assegurar a rápida definição das prioridades, linhas de comando claras e a coordenação operacional entre as funções de aconselhamento político, financeiro e militar e as funções relacionadas com a Ucrânia;
- Orientar a cooperação industrial UE-Ucrânia no domínio da defesa, incluindo a coprodução, a expansão industrial, a inovação, a transferência de ensinamentos do campo de batalha, o desenvolvimento de capacidades e a integração progressiva entre as bases tecnológicas e industriais de defesa da Ucrânia e as da União Europeia;
- Assegurar a coerência com os instrumentos e iniciativas pertinentes da UE, incluindo o

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, o Programa da Indústria de Defesa Europeia/Instrumento de Apoio à Ucrânia, o Fundo Europeu de Defesa, o Fundo Europeu de Competitividade, a iniciativa emblemática de prontidão, a BraveTech EU e o gabinete da DEFIS em Kiev;

- Coordenar os aspetos industriais da defesa nas relações com países terceiros relevantes para o SAFE, o Empréstimo de Apoio à Ucrânia e a cooperação industrial no domínio da defesa UE-Ucrânia, incluindo os países associados através de parcerias de segurança e defesa com a UE;
- Manter contactos de alto nível em matéria de gestão de crises com a Ucrânia, os Estados-Membros, o SEAE, a Agência Europeia de Defesa, a OTAN, o Estado-Maior da União Europeia e outros parceiros relevantes;
- Estabelecer relações, assegurar a coordenação e manter o contacto com as administrações e as autoridades políticas dos Estados-Membros, as agências europeias e nacionais, as organizações internacionais, as administrações e agências de países terceiros e outras partes interessadas.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem ter:

Qualidades pessoais (20 %)

- Excelente capacidade para comunicar, de forma eficaz e eficiente, com todos intervenientes, tanto dentro como fora da Comissão;
- Excelentes capacidades de negociação e capacidade para estabelecer consensos entre posições divergentes, nomeadamente sobre questões sensíveis do ponto de vista político ou de segurança.
- Sólidas competências analíticas e conceptuais e boa capacidade de discernimento quanto a questões politicamente sensíveis ou urgentes do ponto de vista operacional.
- Elevada resiliência, integridade e discrição no tratamento de dossiês relacionados com crises, informações sensíveis do ponto de vista da segurança e relações com os Estados-Membros, com a Ucrânia e com os parceiros internacionais, nomeadamente no contexto militar.

Competências e experiência especializadas (40 %)

- Excelente compreensão da política de segurança e defesa da UE, do apoio da UE à Ucrânia e da política industrial de defesa da UE.
- Experiência comprovada na gestão de crises e na condução de dossiês complexos e politicamente sensíveis em matéria de segurança e defesa, nomeadamente em contextos operacionais afetados por conflitos ou de alta pressão, bem como missões e operações da PCSD.
- Experiência comprovada de cooperação com a OTAN, os Estados-Membros, a Ucrânia e os países parceiros, num contexto de política de segurança, de defesa, industrial, financeira ou externa, nomeadamente no contexto das parcerias de segurança e defesa ou do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.
- Capacidade comprovada para traduzir os ensinamentos operacionais retirados da Ucrânia e de outros teatros de crise em prioridades políticas, de programação e de execução.

Competências de gestão (40 %)

- Capacidade comprovada para gerir as mudanças;
- Excelentes competências em gestão, particularmente capacidade comprovada para dirigir e motivar equipas, fixar prioridades e tomar decisões;
- Capacidade para definir eficientemente as prioridades e os objetivos e para atribuir recursos em conformidade;
- Capacidade comprovada para desenvolver e manter relações de trabalho produtivas com um vasto leque de partes interessadas institucionais, governamentais, militares, industriais e internacionais;
- Capacidade comprovada para produzir resultados em prazos apertados, assegurando simultaneamente a solidez jurídica, a disciplina financeira, a segurança da informação e o cumprimento do controlo interno.

Condições de admissão

Só são admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumpram os seguintes requisitos formais:

- Nacionalidade: ser nacional de um Estado-Membro da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem ter:
 - qualificações de nível correspondente a um ciclo de estudos universitários de pelo menos quatro anos, comprovadas por um diploma; ou
 - qualificações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários de pelo menos três anos, comprovadas por um diploma, e pelo menos um ano de experiência profissional relevante (não contabilizada como experiência profissional adquirida após a obtenção do diploma relevante exigida abaixo).

Só serão considerados os diplomas obtidos nos Estados-Membros da UE ou que tenham sido objeto de certificados de equivalência emitidos pelas autoridades de um desses Estados-Membros.

- Experiência profissional: os candidatos devem ter pelo menos 15 anos de experiência profissional¹ adquirida após a obtenção do diploma relevante a um nível correspondente às qualificações mencionadas acima.
- Experiência de gestão: os candidatos devem ter adquirido pelo menos cinco anos da experiência profissional posterior à obtenção do diploma relevante no desempenho de funções de gestão de alto nível².

¹ Só é tida em conta a experiência profissional que decorra de verdadeiras relações de trabalho, definidas como implicando trabalho efetivo, genuíno e remunerado, como trabalhador por conta de outrem (qualquer que seja o tipo de contrato) ou como prestador de serviços. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho em relação a um tempo inteiro. São contados os períodos de licença de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos obtidos contam como experiência profissional máxima de três anos, mesmo que não tenham sido remunerados. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No currículo, os candidatos devem indicar claramente, para todo o período de experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) designação e natureza dos cargos de gestão exercidos, 2) número de pessoas sob a sua responsabilidade no âmbito destes cargos, 3) dimensão dos orçamentos geridos, 4) número de graus hierárquicos superiores e inferiores e 5) número de lugares de grau equiparável.

- **Línguas:** os candidatos devem ter um domínio excelente de uma das línguas oficiais da União Europeia³ e um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da União Europeia. Durante a entrevista ou entrevistas, o júri verifica se os candidatos cumprem o requisito relativo ao conhecimento satisfatório de outra língua oficial da União Europeia, pelo que as entrevistas podem decorrer total ou parcialmente nessa língua.
- **Limite de idade:** os candidatos não podem ter atingido a idade normal da reforma que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade [ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁴].

Seleção e nomeação

A seleção e nomeação realizam-se em conformidade com os processos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver o documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁵).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado e que podem ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção. Os candidatos podem ter de apresentar documentos comprovativos das informações constantes da sua candidatura em qualquer momento do processo de seleção. A não apresentação desses documentos no prazo definido no pedido de apresentação dos documentos em questão pode levar à exclusão dos candidatos do processo de seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para novas entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decide quais os candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN são avaliados ao longo de um dia inteiro por consultores externos de recursos humanos num centro de avaliação de gestores. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para a função em causa.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN são entrevistados pelos membros da Comissão competentes para o efeito.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

³ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&qid=1408533709461&from=PThttps://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

⁵ https://commission.europa.eu/publications/documents-senior-management-selection-procedures_en (existe apenas em inglês).

O candidato selecionado deve ser titular de um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal decorre de uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um nível especificado. (note-se que cabe ao empregador, e não ao candidato, dar início ao procedimento para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança).

O candidato selecionado só pode aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam debatidas após a emissão do certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e após a conclusão do procedimento de credenciação com a transmissão das informações legalmente obrigatórias pela Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão tem o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão e segue uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas que possam contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geral do ponto de vista geográfico.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14 e será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau em função da duração da experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deve ter em conta o facto de o Estatuto dos Funcionários exigir que todos os novos funcionários concluam com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é Bruxelas (Bélgica).

Independência e declaração de interesses

Os candidatos devem apresentar uma declaração em que se comprometem a agir no interesse público e com independência e declarar quaisquer interesses que possam pôr em causa a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que as deliberações do júri são confidenciais. Os candidatos ou outras pessoas que ajam em seu nome não podem contactar, direta ou indiretamente, os membros do júri. Qualquer pedido de informação deve ser enviado para o secretariado do júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁶. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança desses dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se preenchem todas as condições de admissão, em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como aos conhecimentos linguísticos exigidos. O não preenchimento de qualquer destas condições implica a exclusão automática do processo de seleção.

Para se candidatarem, os interessados devem registar-se no sítio Web indicado abaixo e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido. Este endereço é utilizado para confirmar o registo e para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração do endereço eletrónico indicado.

Os candidatos devem carregar em linha um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (máximo: 8 000 caracteres). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Terminado o processo de registo em linha, os candidatos recebem uma mensagem eletrónica a confirmar o registo da candidatura. **Se o candidato não receber a mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a candidatura não foi registada.**

Os candidatos não podem acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar da fase em que a candidatura se encontra.

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir o registo em linha dentro do prazo previsto. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para se candidatarem, pois uma saturação do tráfego na Internet ou uma falha da ligação à rede pode interromper o registo em linha antes da conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Terminado o prazo para o registo das

⁶ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

⁷ Para informações sobre a elaboração de um CV Europass em linha, consultar: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites candidaturas registadas fora do prazo.

Prazo

O prazo para o registo das candidaturas é **14 de julho de 2026, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas.**